

# A educação no pensamento de Antonil: algumas reflexões sobre a obra “*Cultura e Opulência do Brasil*”

Marta Chaves\* e Rosângela Célia Faustino

Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. \*Autor para correspondência. e-mail: mchaves@maringa.com.br

**RESUMO.** Este trabalho tem por objetivo apresentar nossa pesquisa a respeito da obra do padre jesuíta André João Antonil, intitulada *Cultura e Opulência do Brasil*. Nosso estudo teve como propósito refletir sobre a relação entre trabalho e educação, presente nessa obra. O texto de Antonil, redigido em 1711, explicita qual conteúdo é útil e necessário ao homem que reproduz o trabalho, nos moldes da acumulação, no Brasil-Colônia. O trabalho, realizado sobretudo nos engenhos de açúcar e organizado sob as diretrizes da disciplina, da objetividade, da racionalidade, mostrava qual conteúdo deveria ser apreendido por aqueles que seriam os responsáveis pelo comando das riquezas em terras brasileiras. Entendemos que a preciosidade do texto está em revelar que o conteúdo educacional não está isolado das relações humanas no trabalho, pois compreendemos que essas relações impõem a forma de ser da educação nos diferentes períodos históricos.

**Palavras-chave:** colônia, engenho, educação, trabalho.

**ABSTRACT. Education in Antonil's conception: some reflections on his work “*Cultura e Opulência do Brasil*” (culture and opulence in Brazil).** The aim of this paper is to discuss the Jesuit priest André João Antonil's work, entitled *Cultura e Opulência do Brasil* (Culture and Opulence in Brazil). Our purpose was to reflect upon the relation between labor and education, present in his work. Antonil's text, written in 1711, explains what contents are useful and necessary for the man who reproduces the labor, according to accumulation patterns, in Brazil Colony times. The labor, done especially in the sugar mills and organized under the guidelines of discipline, objectivity, rationality, showed which contents should be learned by persons who would be responsible for the control of wealth in Brazilian land. We understand that this text is precious enough to reveal that education contents are not isolated from human relations in labor because we realize that these relations impose what education should be like in different historical times.

**Key words:** colony, engine, education, labor.

## Introdução

O presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a obra de Antonil<sup>1</sup> - *Cultura e Opulência do Brasil*. Procuraremos considerar os parâmetros que determinaram a perspectiva educacional daquele período sob as coordenadas da produção vigentes na época.

Nesse esforço de compreensão, buscamos investigar, ainda que nos limites de um artigo, qual conhecimento foi valorizado pelos homens envolvidos com a produção do açúcar na sociedade

colonial, mais exatamente no virar do século XVII para o século XVIII.

Optamos por trabalhar com *Cultura e Opulência do Brasil* por ser esta uma obra que analisa a organização do trabalho no período colonial, com características da produção em grande escala, e por estar ela inserida na estrutura, no pensamento e na sistematização da prática do trabalho da época.

Ter a obra de Antonil como objeto de estudo - mais especificamente no que se refere à produção do açúcar - implica considerar o autor não como um sujeito desvinculado ou descomprometido em relação à sociedade, mas como transmissor da expressão possível de uma determinada sociedade, como uma consciência coletiva que se revela no pensamento de um escritor.

<sup>1</sup> João Antônio Andreoni nasceu em Luca, na Toscana (Itália), em 06 de fevereiro de 1649, e morreu na Bahia, em 13 de março de 1716, aos 67 anos de idade, tendo vivido durante 35 anos no Brasil. Exerceu, na Colônia, diversos cargos importantes dentro da Companhia de Jesus, onde ingressou em 20 de março de 1667.

Em texto sucinto e escrito de forma clara, Antonil dividiu sua obra em quatro partes. A primeira, e maior, trata da plantação e do beneficiamento da lavoura da cana e do fabrico do açúcar. As outras três tratam das seguintes atividades: cultura, manipulação e exportação do tabaco, mineração, pecuária.

Antonil, ao fazer a apresentação de sua obra, assim definiu a indústria açucareira:

*Quem chamou às oficinas, em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável. (Antonil, 1982: 69).*

A produção do açúcar já se fazia conhecida em Portugal, nas ilhas Açores e da Madeira, e no Norte da África; portanto, o incentivo à organização da produção no Brasil não foi mero acaso, mas sim planejada: a solução encontrada para efetivar a colonização e incentivar o comércio. Há de se salientar que a busca pelas minas de ouro (um dos objetivos dos descobrimentos), ainda não encontradas, movimentava um grande negócio, paralelo à produção do açúcar.

Ressaltamos que a Educação ou Instrução não são tratadas na obra de Antonil de forma específica, o que significa dizer que buscaremos sua compreensão no texto como um todo. Antonil, preocupado com a legitimação da riqueza na Colônia, por meio da produção do açúcar, ensina os homens inseridos nessa atividade a obter êxito, ou seja, produzir com alta produtividade e qualidade, atendendo às exigências do incipiente mercado internacional.

O envolvimento de Antonil com a produção do açúcar não é uma escolha pessoal. Como membro da ordem jesuítica no Brasil, viveu 35 anos inserido no processo produtivo da Colônia; portanto, no meio da lavoura e da indústria do açúcar, como observador minucioso desse processo. Em sua obra, a ênfase atribuída à indústria (engenhos de açúcar) demonstra que a produção açucareira, desde 1535 - data de funcionamento dos primeiros engenhos - até 1650, foi a atividade responsável por ter deixado o Brasil na condição de grande produtor e exportador.

Para salientar a importância econômica da produção açucareira, resgatamos Ambrósio Fernandes Brandão, um Senhor de Engenho que escreveu em 1618 um importante documento intitulado *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Nesse texto, afirma ele ser o açúcar a principal das “grandezas” do país. Sobre o precioso produto, escreve: “*assim passa, porque o assucar é a principal cousa*

*com que todo este Brasil se ennobrece e faz rico, e na lavra delle se tem guardado até o presente”* (Brandão, 1987: 149).

Quanto à capacidade dos engenhos, afirma Brandão (1987: 152):

*e, quando os taes engenhos são desta qualidade, não lhes faltando, como tenho dito, a fabrica necessaria, costumam a fazer em cada anno a seis, sete, oito e ainda a dez mil arrobas de assucar macho, e fora os meles, que são retames e batidos, que sempre chegam ao redor de tres mil arrobas; quando se sabe aproveitar este assucar.*

Esse potencial se justifica pela excelente qualidade e pela alta produtividade do preparo da terra para o plantio até o embarque, nos portos. O produto da terra dos tupiniquins e das araras iria compor as mesas européias de nobres e plebeus.

Para ressaltar a capacidade dos engenhos brasileiros, Jacob Gorender, em sua obra intitulada *O Escravismo Colonial*, escreve:

*os maiores engenhos do Brasil Colonial produziam entre 150 e 250 toneladas de açúcar por ano, ao passo que são comuns hoje as usinas que fabricam 60 mil toneladas anuais. O termo engenho assumiu, por sinal, o sentido de plantagem em sua totalidade, abrangendo o cultivo da planta e a transformação industrial da matéria-prima. (Gorender, 1980: 93).*

Essa citação nos permite perceber o grau de organização do trabalho na produção do açúcar, organização esta que Antonil descreve em suas observações sobre o engenho.

Ferlini (1988: 49), fazendo um estudo da produção brasileira do açúcar do século XVI ao XVIII, afirma que:

*Até o século XVIII, a produção de açúcar nas colônias americanas foi a atividade mais complexa e mecanizada conhecida pelos europeus. A necessidade da produção em larga escala organizou o trabalho, nas unidades açucareiras, dentro de um rígido espírito de ordem, hierarquia, seqüência e disciplina. Visto desse ângulo, constituiu-se, caracteristicamente, em manufatura moderna. Em seu espaço, o processo produtivo decompôs o ofício manual, especializou ferramentas, formou trabalhadores parciais, agrupando-os e combinando-os num mecanismo único.*

Muito mais que a rica descrição das particularidades do interior do funcionamento de um engenho, apresentando o processo de produzir e levar o produto ao mercado externo, essa atividade possibilita-nos conhecer a prática dos homens daquele período da história brasileira, responsável pelos seus valores e preferências, determinando o que deve ser negado e o que deve ser aceito.

Entendendo a obra de Antonil como expressão das relações que os homens estão estabelecendo entre si, procuramos investigar qual conhecimento

está interessando à sociedade colonial, que sustenta sua opulência pela produção do açúcar, utilizando mão-de-obra escrava. Ficaremos atentos para refletir se a sociedade que se edifica pelo trabalho excedente sustentará o conhecimento formal, com uma imensa carga religiosa, ou se, já obedecendo aos ditames da sociedade da troca, valorizará o saber ligado à experiência.

O que importa? As letras? Os números? Ou um conhecimento diretamente vinculado à prática do trabalho dividido?

Tentar compreender qual conhecimento é valorizado pela sociedade no período de ápice da produção açucareira é ter como foco de nossa atenção a organização dos homens na realização desse trabalho.

Acreditamos poder encontrar na obra de Antonil dados que, ao serem analisados de forma contextualizada, servirão de apoio à compreensão não só da própria sociedade, mas também da organização dos fenômenos educativos. Tomar o particular (a educação) como objetivo do estudo proposto é não perder a perspectiva da totalidade.

Ressaltamos que a escolha de uma obra que aborda fundamentalmente questões econômicas, para apontar questões da educação, dá-se pelo fato de entendermos que

*As causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata [...].* (Marx e Engels, 1987: 320)

Nesse sentido, a obra de Antonil, mostrando a organização da produção açucareira, portanto, tratando da economia, contribui com aqueles que estão dispostos a superar os limites da apresentação dos fatos e dados, avaliando o limite da descrição e buscando fazer uma análise que seja capaz de possibilitar a compreensão do contexto, e não somente entender fatos isolados, postos por indivíduos isolados. Sendo assim, valores e preferências deixam de ser tidos como independentes das ações, para serem considerados como expressão da prática que os homens estabelecem entre si. Assim, compreendemos que

*A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real... A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao*

*desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar.* (Marx e Engels, 1988: 36-37)

Nesse processo de interdependência entre os valores e a prática social encontra-se a educação, que não é vista como algo isolado das relações humanas no trabalho, pois concebemos que essas relações impõem a forma de ser da educação nos diferentes períodos históricos. Pensamos a educação como sendo capaz de evidenciar o modo como a sociedade se organiza e/ou se desorganiza para produzir a própria vida. Entendemos a educação como capaz de expressar os valores dados pela prática social, tendo como preocupação observar como essa prática revela o que há de ser aprendido pelos homens.

### Senhor de Engenho: o administrador da opulência

*O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino.* (Antonil, 1982: 75).

No contexto da produção açucareira, temos como importante elemento o Senhor de Engenho, um personagem que, naquele período, é considerado um vilão por aqueles que fazem uma leitura de dados e fatos carregada de princípios moralistas. Afastando-nos do julgamento moral e fazendo uma leitura histórica do contexto, consideramos o Senhor do Engenho como um ser social responsável pela administração das terras e dos homens; enfim, responsável pela administração da sociedade. *Cultura e Opulência do Brasil* traz claramente qual postura deveria ter o Senhor de Engenho na condução de sua indústria:

*Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita, na conservação e lavoura das terras que possui, e na verdade a pontualidade com seus mercados e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor dos engenhos.* (Antonil, 1982: 76).

Esta citação apresenta alguns dos atributos que comporiam o perfil do proprietário de engenho; mostra o que deveriam saber aqueles que iriam dirigir o processo produtivo. A escolha da terra (preocupação com o seu potencial produtivo), regras para boa negociação, administração familiar e da fazenda, cuidado com a formação dos filhos, trato com escravos, vizinhos, etc..., significava a garantia de “fazer e aumentar fazenda”.

Essas informações, minuciosamente descritas por Antonil, são as diretrizes que determinariam o conteúdo a ser assimilado pelos vindouros administradores dos engenhos. Portanto, esse conhecimento prático torna-se o conteúdo valorizado e ensinado pelos indivíduos envolvidos com a produção do ouro branco.

Para manter o título, ou melhor, a condição de Senhor de Engenho e produzir a “opulência”, fazia-se necessário aplicar, fazer valer na prática, o conteúdo - resultado do conhecimento adquirido na realização do trabalho na produção e na comercialização do açúcar - conhecimento que não era somente expressão da lida no interior do engenho, mas da sociedade colonial.

Basta lembrar a importância das rudes, porém significativas instalações portuárias - que poderíamos chamar de praças comerciais, locais de intensa movimentação, nas quais se realizavam, dentre outras atividades, o desembarque de escravos e a contratação informal de homens que seriam responsáveis por registros, transportes, trocas, ou seja, de homens que estariam envolvidas com o encaminhamento ou execução de negociações de variados produtos exportados e importados. Isso demonstra que as atividades econômicas da Colônia não se limitavam ao açúcar, embora este fosse o expoente econômico do período.

Quanto à postura daquele que responderia pela administração do engenho, vale destacar a marcada necessidade da firmeza do Senhor de Engenho no exercício de suas funções, com qualquer elemento que estivesse sob sua tutela: esposa, filhos, religiosos, feitores, escravos. *Firmeza* que deveria revelar uma profunda *segurança* na avaliação dos dados e *altivez* nas decisões, comportamento que demonstrava sua postura, contribuindo para que sua autoridade jamais fosse contestada.

Firmeza, segurança e altivez eram comportamentos essenciais àqueles que organizavam e dirigiam o processo de produção, mas que deveriam estar, segundo Antonil, acompanhados de “prudência”, quesito fundamental a quem quer negociar ou, usando a expressão de Antonil, “fazer e aumentar fazenda”.

A preocupação com a formação do Senhor de Engenho, tão evidente em *Cultura e Opulência do Brasil*, encontra amparo em Jorge Benci, padre também jesuíta, contemporâneo de Antonil, o qual, em sua obra, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, propõe-se “instruir aos senhores, e especialmente aos do Brasil, no modo com que devem tratar os escravos, para que façam distinção entre eles e os jumentos;

a qual certamente não fazem os que só procuram tirar deles o lucro, que interessam no seu trabalho” (Benci, 1977: 52).

Quanto à educação dos filhos legítimos, chamamos a atenção para o fato de que eles estavam aprendendo no momento em que observavam o pai. Nesse sentido, recebiam em casa não somente suas primeiras lições sobre administração da fazenda, mas também o aprendizado do comportamento que deveriam ter os responsáveis pela condução da sociedade, naquele momento.

Demonstrando como está presente na obra de Antonil (1982) a preocupação com a formação - o conhecimento que deveria ter o Senhor de Engenho - apresentaremos como o autor intitula os capítulos que tratam do “governo” no engenho:

*Do Cabedal que há de ter o senhor de um engenho real.* (Antonil, 1982: 75);

*Como se há de haver o senhor do engenho na compra e conservação das terras e nos arrendamentos delas.* (Antonil, 1982: 77);

*Como se há de haver o senhor do engenho com os lavradores e outros vizinhos, e estes com o senhor.* (Antonil, 1982:79);

*Como se há de haver o senhor do engenho na eleição das pessoas e oficiais que admitir ao seu serviço, e primeiramente da eleição do capelão.* (Antonil, 1982: 81);

*Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos.* (Antonil, 1982: 89);

*Como se há de haver o senhor do engenho no governo da sua família e nos gastos ordinários da casa.* (Antonil, 1982: 93);

*Como se há de haver o senhor do engenho no recebimento dos hóspedes, assim religiosos como seculares.* (Antonil, 1982: 94);

*Como se há de haver o senhor do engenho com os mercadores e outros seus correspondentes na praça; e de alguns modos de vender e comprar o açúcar, conforme o estilo do Brasil.* (Antonil, 1982: 95).

Fica marcado nesses títulos de capítulos que a forma (como se há de haver) é coerente com o “conteúdo” exigido pela prática social, que naquele contexto é dada pela produção de mercadoria em larga escala realizada na produção do açúcar.

Na defesa dessa produção, Antonil (1982: 94), ao tratar da formação dos meninos brancos, escreve:

*o melhor mesmo, porém, é o exemplo do bom procedimento dos pais, e o descanso mais seguro é dar a seu tempo estado assim às filhas como aos filhos; e se se contentarem com a igualdade, não faltarão casas onde se possam fazer trocas e receber recompensas.*

Na administração da fazenda, o Senhor de Engenho agia com a mesma firmeza que tinha com seus escravos, quando a questão era a educação de seus filhos. Tal postura nos revela o interesse em formar indivíduos com competência administrativa e inquestionável autoridade na condução dos trabalhos de negros e brancos nos seus domínios.

No tocante à instrução formal, Antonil escreve que se os meninos fossem mandados às cidades para realização de seus estudos, que fossem bem vigiados, e seus gastos controlados. Sendo assim, nem a mãe (normalmente solidária aos filhos), nem qualquer outra pessoa poderia dar qualquer tipo de agrado, principalmente dinheiro. No entanto, quanto à educação, poderia ocorrer de “*se resolver a ter os filhos em casa, contentando-se com o que sabiam ler, escrever, contar e ter alguma tal qual notícia de sucessos e história para falar entre gentes*” (Antonil, 1982: 93).

Fica marcada nessa citação a importância da leitura e da escrita. Além disso, Antonil, preocupado com a viabilização das relações comerciais, num capítulo em que trata da compra, conservação e arrendamento das terras, escreve sobre a necessidade de se consultar, em caso de negociação “*algum letrado dos mais experimentados*”. Assim escreve Antonil (1982: 95): “*como se há de haver o senhor do engenho com os mercadores e outros seus correspondentes na praça; e de alguns modos de vender e comprar o açúcar, conforme o estilo do Brasil*”.

Notamos aqui a importância que se dá à forma pela qual os homens vão se relacionar no interior da sociedade. Nota-se que o conteúdo escolástico, que prioriza um comportamento comedido, contemplador, que ostenta a postura de sábio, não atende à necessidade de formar um homem para negociar, administrar, dirigir a produção.

A obra *Cultura e Opulência do Brasil* não elimina o conhecimento formal. No entanto, no trato com lavradores, vizinhos, hóspedes e senhores, o homem há de ser audaz, ter espírito de iniciativa, cultivar o máximo sua individualidade, fazendo uso da prudência quando necessário e, fundamentalmente, valorizando experiências obtidas.

Esse é o espírito dos novos tempos - que a Europa já experimentava desde o início do século XVI - e que Antonil, com objetividade, propõe aos homens de negócio do Brasil Colônia.

Permanecendo os “sinhozinhos” nas fazendas, a responsabilidade de sua instrução ficava ao encargo do sacerdote da casa-grande. A este, o Senhor do Engenho recomendava: “*e se houver de ensinar os filhos do senhor de engenho, se lhes acrescentará o que for justo e correspondente ao trabalho*” (Antonil, 1982: 83).

A preocupação fundamental da sociedade colonial era o *trabalho*; portanto, a produção do açúcar. Sendo assim, o trabalho, da forma como estava organizado, determinava o conteúdo a ser aprendido por crianças e adultos, negros, brancos e índios. Porém, a forma como esse conteúdo era aplicado é que se diferenciava.

Nesse sentido, vale lembrar que *Pão, Ensino e Trabalho*, mencionados por Benci<sup>2</sup>, não se limitavam ao escravo, mas isso era regra fundamental para todos, independentemente da posição que ocupavam. A divisão de tarefas era uma condição necessária e posta para que se efetivasse a produção açucareira. Todos, regidos pelo trabalho, aplicavam o conhecimento obtido em sua realização. Senhor, feitor ou escravos exerciam suas diferentes funções, garantindo, assim, a riqueza.

### Feitor: disciplinado para a opulência

Naquele contexto aparece a figura do feitor, elemento que teve seu destaque garantido quando a questão era a escravidão, sempre associado à violência, chegando a receber de telerromances e literatura romanesca a imagem de carrasco na condução das atividades executadas pelos escravos. Antonil, na apresentação da forma como os homens estavam se relacionando, contribui para que esse preconceito fosse superado e para que o juízo moral cedesse lugar a uma avaliação da prática como ela realmente se dava, ou melhor, a forma possível de se dar.

Também responsável pela produção em larga escala, o feitor torna-se precioso, pois sua atividade é garantir a efetivação da disciplina; portanto, da ordem.

Antonil (1982: 83) apresenta como título do capítulo que trata das “obrigações” do feitor: *do feitor do engenho, e dos outros feitores menores que assistem na moenda, fazendas e partidos da cana: suas obrigações e soldadas*. O jesuíta apresenta o feitor como sendo indispensável à administração da indústria açucareira. Sendo assim, as obrigações do feitor não se limitavam a práticas violentas. É apresentado na obra como um elemento que, no exercício de sua função, deveria:

*Saber os tempos de plantar, limpar e cortar a cana e de fazer roças. Conhecer a diversidade das terras que há para servir-se delas para que forem capazes de dar. Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir ou dar coices, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com paus nos escravos, porque na cólera não se medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a um préstimo que vale muito dinheiro, e perdê-lo. Reprendê-los e chegar-lhes com um cipó às costas com*

<sup>2</sup> Benci (1977: 53), tratando das obrigações do senhor para com o escravo, escreve: “a primeira palavra, sobre que havemos de discorrer, é o pão: panis. Deve o senhor ao servo o pão, para que não desfaleça” “Debaixo do nome de pão, que devem os senhores aos servos, se entende também o vestido” (Benci, 1977: 64). “A terceira obrigação dos senhores é dar ao escravo o castigo, para que se não acostume a errar” (Benci, 1977: 125).

*algumas varancadas é o que se lhes pode e deve permitir para ensino. (Antonil, 1982: 84).*

A prática do feitor para com o escravo é entendida como a forma possível para a imposição da disciplina, para que os escravos se adequassem ao trabalho que o engenho exigia. Somente a disciplina compulsória os faria suportar o árduo trabalho, por mais de 18 horas diárias, condição que possibilitava a extração do máximo de trabalho, aumentando ainda mais a capacidade produtiva do engenho. A sociedade da época tinha como preocupação fundamental a obtenção da mais alta produtividade possível. Todos os esforços, então, deveriam estar direcionados para tal finalidade.

### O Engenho e a produção do ouro branco

A realidade dos engenhos trazia organizadamente a divisão do trabalho, funcionando como uma indústria, onde cada um de seus elementos exercia atividades diferenciadas. Era exigido conhecimento específico e eficiência na produção, o que significou a sobrevivência econômica do Brasil, garantindo-lhe destaque quando a questão era produção - em larga escala - e exportação de açúcar, situação vivida por nosso país nos dois primeiros séculos de colonização.

Tratando das funções executadas no engenho, Antonil relata quais eram os principais ofícios:

*Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e fouce que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada. (Antonil, 1982: 75).*

Exemplificando, Antonil cita o engenho Sergipe do Conde, que possuía, no início do século XVIII, cerca de 200 escravos e seis trabalhadores livres.

O trabalhador livre<sup>3</sup> normalmente era um técnico habilitado, conhecedor de procedimentos imprescindíveis ao processo da fabricação do açúcar ou de habilidades artesanais desconhecidas pelos escravos.

Para todas as funções envolvidas na produção do açúcar, a questão essencial era a necessidade do

acerto no seu preparo. E numa relação em que aprender e ensinar não constituem práticas exclusivas das instituições formais de ensino, ganha supremacia o conhecimento obtido por meio da *experiência*.

Essa prática de valorização da experiência não era uma opção do Brasil, respondendo às necessidades impostas pelo engenho, mas era o encaminhamento apresentado pela organização da sociedade emergente, que tinha como conteúdo a negação da contemplação e a efetivação da observação, da investigação. Nesse sentido, havia coerência entre o conteúdo ensinado e a exigência imposta pela prática econômica, que considerava o trabalho não como o responsável pela garantia da sobrevivência, mas como produção voltada para a troca, para o comércio movido e gerado pelo lucro.

A sociedade que faz do trabalho sinônimo de lucro impõe, como conteúdo social, um conhecimento voltado para atender aos interesses dessa prática. Sendo assim, o conhecimento deve responder às questões postas pela necessidade do trabalho como fonte de lucro. Conseqüentemente, ganha supremacia o conhecimento, que é resultado da experiência obtida na realização desse trabalho.

### Em defesa da *experiência*: Bacon e Antonil

Tratando da valorização da experiência, da observação como expressão do conteúdo da sociedade capitalista, devemos lembrar Francis Bacon (1561-1626), considerado o expoente do método experimental, que teorizou essa questão em sua obra *Novum Organum*, publicada em 1629, a qual trata da produção do conhecimento.

O *método experimental* apresenta-se em oposição ao método escolástico e expressa a nova forma de pensar as questões de seu período. Faz a defesa do conhecimento útil para atender às necessidades da humanidade. Em *Novum Organum*, não defendia os princípios da sociedade feudal, mas os da nova forma social (burguesa) que se organizava. Nesse sentido, entende-se por que Bacon defende que o indivíduo tenha “o trato direto com as coisas”, questionando a intermediária fé medieval, que contribuía com a edificação do homem servil, fiel e contemplador.

Vale ressaltar que o período vivido por Bacon pode ser considerado como conturbado, uma época que anunciava a organização de uma forma social que não era mais hegemonicamente feudal. O homem daquele período estava em constante conflito, convivia com as certezas inquestionáveis - característica da sociedade feudal - e com a dúvida, questionamentos constantes, comportamentos que marcam o período de transição. Invenções,

<sup>3</sup> Dono de conhecimentos especializados, suas técnicas aos poucos eram conhecidas e dominadas, subdivididas e executadas por trabalhadores menos hábeis/ou por escravos. A função do mestre-de-açúcar passou a ser executada por negros alforriados.

descobertas, revolução comercial, formação de monarquias nacionais, Reforma e Contra-Reforma e humanismo são exemplos dos acontecimentos entre os séculos XV e XVI, provando que em todos os segmentos sociais os homens se posicionavam.

Os limites tão bem estabelecidos pela sociedade feudal não continham o movimento social, que apontava para uma nova direção, anunciando a organização da sociedade da troca. Sendo esse o contexto de Bacon, o método da experimentação propõe que o homem assuma a condição de *intérprete da natureza*, que deixe o estado “estático” de quem admira fielmente - próprio da sociedade feudal - e assuma a condição de ser dinâmico - próprio de quem é “livre” na sociedade capitalista.

Bacon (1988: 6) nega a contemplação e apresenta a necessidade da observação e da investigação. Defendendo seu método e seus objetivos, no prefácio de *Novum Organum*, escreve:

*Nosso método, contudo, é tão fácil de ser apresentado quanto difícil de se aplicar. Consiste no estabelecer os graus de certeza, determinar o alcance exato dos sentidos a rejeitar, na maior parte dos casos, o labor da mente, calcado muito de perto sobre aqueles, abrindo e promovendo, assim, a nova e certa via da mente, que, de resto, provém das próprias percepções sensíveis.*

Tratando de seu método, continua:

*Resta-nos um único e simples método para alcançar os nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas. (Bacon, 1988: 20).*

Essa citação prova a preocupação de Bacon com o homem, que não mais deve obedecer aos princípios da feudalidade, mas questionar a ordem estabelecida, deixando de ser contemplador para ser observador. Sobre essa questão, propõe: “o homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais” (Bacon, 1988: 13).

Continuando sua defesa, ressaltando a observação e a experimentação, fundamentais para seu método, defende: “a verdade não deve, porém, ser buscada na boa fortuna de uma época, que é inconstante, mas à luz da natureza e da experiência, que é eterna” (Bacon, 1988: 28).

Abordando a importância da experiência voltada para a edificação de um conhecimento útil, Bacon, em outra obra, intitulada *Nova Atlântida*<sup>4</sup>, fazendo a apresentação de uma sociedade sem os conflitos

sociais que presenciava, descreve uma sociedade em que a relação do homem com a natureza não é mediada pelo cultivo à beleza, mas evidenciam-se os ensinamentos que possam ter utilidade aos homens. Nessa obra, Bacon (1988: 53), insistindo na defesa do ensino útil e negando o conteúdo da sociedade feudal, afirma:

*E o mesmo interessado, uma vez que passe das oficinas às bibliotecas, ficará admirado da imensa variedade de livros. Mas, debatendo-se e examinando com mais cuidado a sua matéria e conteúdo, certamente a sua admiração volver-se-á em sentido contrário, ao aí constatar as infinitas repetições e que os homens dizem sempre o mesmo. De sorte que, da admiração pela variedade, passará ao espanto pela indigência e pobreza das coisas que têm prendido e ocupado a mente dos homens.*

Marcando sua crítica ao ensino escolástico e “propondo” o progresso da Ciência da Natureza, conseqüentemente da sociedade capitalista, prossegue:

*nos costumes das instituições escolares, das academias, colégios e estabelecimentos semelhantes, destinados à sede dos homens doutos e ao cultivo do saber, tudo se dispõe de forma adversa ao progresso das ciências. [...] E, sendo ainda capaz de suportar tal circunstância, acabará por descobrir que a sua indústria e descortino acabarão por se constituir em não pequeno entrave à sua fortuna. Pois os estudos dos homens, nesses locais, estão encerrados, como em um cárcere, em critérios de alguns autores. Se alguém deles ousa dissentir, é logo censurado como espírito turbulento e ávido de novidades. (Bacon, 1988: 59).*

Essas citações revelam como estavam sendo questionados os valores que imperavam na sociedade feudal. O trabalho de Bacon mostra-nos como naquele período os princípios da feudalidade aparecem negados. Bacon, com muita propriedade, com a clareza de um homem que expressa seu tempo, consegue perceber a tendência de sua época, ou seja, propõe um conhecimento liberto da escolástica. Defende a utilidade do domínio das forças da natureza, manifestando os interesses da burguesia nascente. Bacon e Antonil revelam-se à História como homens que conseguiram em seus textos traduzir os anseios que se apresentavam aos homens na luta pela vida.

Antonil, embora distante de Bacon, com sua atenção voltada para os engenhos, expressa a questão da época, ou seja, a exigência da prática social vigente. Com a necessidade do acerto no preparo do açúcar, e numa relação em que aprender e ensinar não constituem práticas exclusivas das instituições formais de ensino, torna-se valorizado o conhecimento obtido por meio da *experiência*. Tratando dessa questão, Antonil (1982: 103) escreve:

<sup>4</sup> Nova Atlântida, obra publicada em 1627.

*Finalmente, porque a diversidade das terras e dos climas pede diversa cultura, é necessário informar-se e seguir o conselho dos velhos, aos quais ensinou muito o tempo e a experiência, perguntando em tudo o que se duvidar, para obrar com acerto. (Antonil, 1982: 103).*

Ainda apresentando a importância da *experiência*, continua:

*e se o banqueiro e o ajuda banqueiro não tiverem a inteligência e a experiência necessária para suprirem em sua ausência, não descanse sobre eles, ensine-os, avise-os, se for necessário repreenda-os, pondo-lhes diante dos olhos o prejuízo do senhor de engenho e dos lavradores. (Antonil, 1982: 86).*

Tanto *Novum Organum*, fazendo a defesa do método da *Ciência Experimental*, como *Cultura e Opulência do Brasil*, com instruções para uma administração acertada no interior dos engenhos, expressam a forma de ser da sociedade que organiza o trabalho para ser produtor de riqueza. O conhecimento das letras somado ao comportamento pedido pela época garantiria o pleno desenvolvimento da produção açucareira e não o conteúdo livresco.

### Considerações finais

Quando voltamos ao passado para estudar Antonil, tivemos o cuidado de não medi-lo com o metro do presente. Nossa maior preocupação, ao analisar o autor e sua obra, foi a de não promover julgamentos ou estabelecer relações entre o certo e o errado, o justo e o injusto. Enfim, cuidamos de não promover análises morais, porque entendemos que destruiríamos as peculiaridades do seu pensamento, que correspondem a um determinado estágio do desenvolvimento social humano. Compreendemos que faz sentido afirmar que, gostando ou não de algumas tendências teóricas, o pensamento, a literatura e as artes são produtos de uma atividade humana concreta e histórica, perfeitamente válida enquanto instrumento de análise histórica.

Portanto, faz-se necessário, a fim de finalizarmos nossa discussão, lembrar que, na obra de Antonil, a questão fundamental é perceber que ao Senhor de Engenho não bastava ter cabedal: era necessário saber “governar”, ter capacidades. Governar significava como melhor tratar propriedades e homens, para “aumentar e conservar o cabedal”, que se adquiria com *experiência*. E tal como o escravo, sua vida também era regida e determinada pelo trabalho, enquanto todas as outras questões que os envolviam eram também determinadas na produção aí cabedal, Senhor e escravo se apresentam como uma unidade necessária e indissolúvel entre capital e trabalho. Essa

nossa interpretação nos conduz a perceber que Antonil mostra em seus escritos - ainda que sem intencionalidade - que a riqueza do Brasil provinha das relações de trabalho. E esse trabalho social define os encaminhamentos educacionais.

A proposta educativa que se pode depreender da obra nada tem a ver com a feudalidade. O método de apreensão da realidade em *Cultura e Opulência do Brasil* é pautado na disciplina, na objetividade, na racionalidade e na experiência, revelando, assim, um comportamento tipicamente moderno. A experiência do Senhor de Engenho, como conteúdo social, tornado educacional, revela, por sua vez, a tendência de consolidação do processo de transformação social.

Resta-nos uma indagação: ter ou adquirir “experiência” a fim de ser bem-sucedido socialmente no século XVIII se fez, enquanto categoria, histórica, revolucionária? E, na atualidade, permanece a “experiência individual” necessária para tal? Essa necessidade, neste momento, ainda se coloca como historicamente revolucionária?

Esses questionamentos não se revelam para nós como problemas a serem resolvidos no plano imediato, mas como demonstração de que as reflexões devem ser permanentes, de que a investigação e a pesquisa devem ser agentes mobilizadores de todos os profissionais, principalmente daqueles vinculados ao processo de ensino-aprendizagem. Processo que, no nosso entender, deve se sustentar muito mais pelas dúvidas que prometem descobertas do que pelas certezas que limitam novas conquistas.

### Referências

- ANTONIL, A.J. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- BACON, F. *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BENCI, J.S.I. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. [S.l.]: Grijalbo, 1977. Livro Brasileiro de 1700.
- BRANDÃO, A.F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1987.
- FERLINI, V.L.A. *A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1988.

### Bibliografia consultada

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia de Letras, 1992.

CUNHA, L.A. Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil Colônia. *Revista Fórum Educacional*, v. 2, n.4, p.31-65, out/dez, 1978.

ENGELS, F. Sobre a autoridade. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, p.185-187, s/d.

IANNI, O. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MENDES, C.M.M. No mundo do Quingingoo. *Separata dos Anais de História*, São Paulo. Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, ano 8, p.93-108, 1976.

SIMONSEN, R.C. *História econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p.95-158. Curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

*Received on July 30, 2002.*

*Accepted on January 15, 2003.*